

Parecer nº 157/99

Data: 1999.10.08

Processo nº 700

Requerente. Câmara Municipal de Ovar

1. A Câmara Municipal de Ovar solicita parecer a esta Comissão sobre o pedido de acesso apresentado por Irmão Neto, Construções, Lda., relativo a duas reclamações cujo objecto é o processo de obras particulares nº 863/97, de que é titular aquela sociedade.

Irmão Neto, Construções, Lda., pediu certidões das duas reclamações, registadas sob os números 6957, de 9.6.97 e 9931 de 23.6.99, para efeitos de «processo judicial se a ele houver lugar».

O subscritor dessas duas reclamações pede na última delas, datada de 22.6.99, «rigoroso sigilo sobre esta carta, pois não quer ter problemas com ninguém».

A Câmara Municipal pretende saber qual a qualificação das reclamações e se é possível a sua revelação , conforme solicitado, mediante certidão.

2. Como decorre da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, artigos 2º e 3º, é aplicável às autarquias locais o regime de acesso aí previsto.

A questão fundamental é a de saber se as reclamações objecto de pedido de acesso constituem documentos nominativos ou não nominativos, por, respectivamente, conterem ou não conterem dados pessoais (artigo 4º, nº 1, da LADA): o acesso a documentos não nominativos é, por regra, irrestrito (artigo 7º); caso se trate de documentos nominativos, a sua comunicação ao titular dos respectivos dados pessoais é também irrestrita; mas um terceiro só pode aceder a esses dados se estiver munido de autorização escrita do respectivo titular ou demonstrar possuir um interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º da LADA).

3. Analisado o texto das reclamações em apreço, juntas por fotocópia a este processo, a CADA conclui não conterem elas dados pessoais no sentido que lhes dá o citado artigo 4º, nº 1, da LADA. Acresce que, se numa interpretação muito ampla de dados pessoais se encarassem certas expressões ali usadas como apreciações ou juízos de valor sobre pessoa identificada ou identificável, sempre a sociedade comercial, como parte no processo de obras, teria um interesse directo, pessoal e legítimo no conhecimento de peças que a ele foram trazidas por contra-parte contestando o mérito das suas pretensões e que, como se vê do processo, foram, no âmbito dele, objecto de apreciação e de emissão de parecer por parte dos serviços da Câmara Municipal de Ovar.

4. No que toca à forma do acesso, a lei admite expressamente a passagem de certidão pelos serviços administrativos [artigo 12º, nº 1 alínea c)].

A forma do acesso depende da opção de quem quer exercer o direito de acesso e não da Administração, salvo em caso excepcional que aqui não ocorre (artigo 12º, nº 4).

5. Nos termos expostos, esta Comissão é de parecer que a sociedade Irmão Neto, Construções, Lda, tem direito de acesso às reclamações apresentadas no

processo de obras particulares nº 863/97, de que é titular, podendo o mesmo ser exercido mediante a passagem de certidão conforme requerido.

Notifique-se.

Lisboa, 8 de Outubro de 1999.

Renato Gonçalves (Relator) – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Gameiro dos Santos* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)